

PROJETO BÁSICO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51211/2022

Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21
Processo Administrativo n.º 23292.020681/2022-70

1. DO OBJETO

1.1. O presente Projeto Básico tem como objeto a Contratação de serviço de Arbitragem para o atendimento dos jogos previstos nas Seletivas Regionais e na Etapa Estadual do 9º JIFSC (2022).

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, e como critério de julgamento o menor preço.

1.3. A contratação será instruída por Dispensa Eletrônica, seguindo as normas estabelecidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021.

1.4. A presente contratação está fundamentada na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 75, inciso II, da referida Lei:

“Art.75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras; (valor atualizado conforme Decreto nº 10.922, de 2021) ”

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com base no histórico de contratações anteriores (2012 a 2019) para o JIFSC. Pois entre os períodos de 2020 e 2021 o IFSC não realizou eventos sistêmicos (JIFSC e SEPEI) visto as medidas de enfrentamento para a COVID-19 que impactaram significativamente nas atividades acadêmicas neste período, repercutindo na realização dos jogos.

Com a retomada das atividades presenciais tendo em vista a realização do 9ºJIFSC (2022), torna-se necessário a contratação dos serviços de Arbitragem para realização das Seletivas Regionais e da etapa Estadual. A contratação dos serviços de Arbitragem para o atendimento das demandas dos jogos envolverá aproximadamente 900 estudantes/atletas. Na falta desta contratação de serviço, a realização dos eventos ficará comprometida.

2.2. A finalidade do IFSC é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o

desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

2.3. Para estar efetivamente presente na sociedade, é preciso desenvolver atividades de extensão, por meio de programas, projetos, cursos, eventos e produtos de extensão; é quando o IFSC expande sua atuação para fora de seus prédios, chega à comunidade e realiza divulgação científica e tecnológica (PDI 2020 -2024). Dentre os indicadores, os objetivos da perspectiva dos alunos e sociedade apontados no PDI (2020-2024) encontram-se em atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região. Sobre a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão o PDI de 2020 a 2024 aponta que os eventos permitem a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua ao fortalecimento da educação. A condução de eventos institucionais de maneira profissional é premissa básica de uma organização que busca fortalecer sua imagem. Ainda segundo o PDI de 2020 a 2024, no que se refere a permanência e o êxito são organizadas diversas ações por meio das quais os estudantes têm acesso a atividades desportivas, apoio à participação em eventos, auxílio financeiro para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático, dentre outras.

2.4. O 9º JIFSC (2022) tem como objetivo buscar oportunizar o acesso ao esporte educacional, produzindo conhecimento sobre a cultura corporal, promovendo a inclusão e contribuindo com o desenvolvimento integral dos estudantes de todos os câmpus do IFSC.

3. DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Os requisitos indispensáveis de que o objeto a contratar deve dispor para atender à demanda são:

3.1.1. Serão demandados serviços de Arbitragem para execução das Seletivas Regionais das seguintes modalidades de jogos : futsal; voleibol; handebol; basquete e voleibol de areia, assim como para os jogos previstos na Etapa Estadual do 9º JIFSC;

3.1.2. As etapas regionais deverão acontecer entre os meses de **julho** e **agosto** de 2022 com a participação dos estudantes/atletas provenientes dos campus localizados nas seguintes regiões do estado de Santa Catarina:

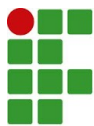
- Região Oeste: São Miguel do Oeste; Chapecó; São Carlos;
- Região Meio Oeste: Caçador, Canoinhas, Xanxerê
- Região Sul: Araranguá, Criciúma e Garopaba.
- Região Grande Florianópolis: Florianópolis; Palhoça; São José.
- Região Vale do Itajaí: Itajaí; Gaspar.
- Região Norte: Joinville; Jaraguá do Sul;

3.1.3. A etapa Estadual vai ocorrer em 05, 06 e 07 de setembro de 2022 no Complexo do SESI, em Blumenau/SC.



3.1.4. Descrição do Serviço:

Item	Descrição do Objeto	QTD	R\$ Unit	R\$ Total
1	POSTO DE TRABALHO DE ÁRBITRO DE FUTSAL - FEDERADO. Posto de Trabalho de Árbitro de Futsal - FEDERADO. Árbitro portando todos os instrumentos necessários para o serviço (uniforme, apito, equipamentos de medição, súmula, etc.). Transporte e alimentação do profissional inclusos. Valor por árbitro por diária de 4 horas . Obrigatoriedade de profissional registrado em sua respectiva Federação. O árbitro também poderá atuar como mesário ou coordenador de modalidade - incluindo o preenchimento e tabulação de súmulas, quando solicitado pela Contratante.	45	280,00	12.600,00
2	POSTO DE TRABALHO DE ÁRBITRO DE HANDEBOL. Posto de Trabalho de Árbitro de Handebol. Árbitro portando todos os instrumentos necessários para o serviço (uniforme, apito, equipamentos de medição, súmula, etc.). Transporte e alimentação do profissional inclusos. Valor por árbitro por diária de 4 horas . Obrigatoriedade de profissional registrado em sua respectiva Federação. O árbitro também poderá atuar como mesário ou coordenador de modalidade - incluindo o preenchimento e tabulação	30	280,00	8.400,00
3	POSTO DE TRABALHO DE ÁRBITRO DE BASQUETE. Posto de Trabalho de Árbitro de Basquete. Árbitro portando todos os instrumentos necessários para o serviço (uniforme, apito, equipamentos de medição, súmula, etc.). Transporte e alimentação do profissional inclusos. Valor por árbitro por diária de 4 horas . Obrigatoriedade de profissional registrado em sua respectiva Federação. O árbitro também poderá atuar como mesário ou coordenador de modalidade - incluindo o preenchimento e tabulação de súmulas, quando solicitado pela Contratante.	30	280,00	8.400,00
4	POSTO DE TRABALHO DE ÁRBITRO DE VOLEIBOL. . Posto de Trabalho de Árbitro de Voleibol. Árbitro portando todos os instrumentos necessários para o serviço (uniforme, apito, equipamentos de medição, súmula, etc.). Transporte e alimentação do profissional inclusos. Valor por árbitro por diária de 4 horas . Obrigatoriedade de profissional registrado em sua respectiva Federação. O árbitro também poderá atuar como mesário ou coordenador de modalidade - incluindo o preenchimento e tabulação de súmulas, quando solicitado pela Contratante.	72	280,00	20.160,00
TOTAL				49.560,00



4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de pequeno valor a ser contratado mediante Dispensa Eletrônica fundamentada no Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. A escolha do fornecedor se dará pelo menor valor da proposta apresentada.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

5.1. A aferição dos serviços será realizada pelo representante do IFSC;

5.2. Verificado o não cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste Projeto Básico, o representante do IFSC determinará a adequação do pagamento à Contratada, com a glosa dos serviços não prestados.

5.3. Não será necessário a abertura de processo administrativo para adequação do pagamento.

5.4. Além da adequação dos descontos, poderão ser aplicadas, independentemente, as demais penalidades previstas neste Projeto Básico, tais como multa, impedimento de licitar e contratar entre outros, garantidos a ampla defesa e contraditório.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;

6.2. Permitir o acesso dos colaboradores da contratada às suas dependências para a entrega dos serviços, proporcionando todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;

6.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

6.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.7. Aplicar, à contratada, as penalidades contratuais e regulamentares, quando cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.



7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta;

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao IFSC, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico;

7.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante;

7.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

7.7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

7.9. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vier a ocorrer na entrega do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.10. Apresentar o registro profissional em sua respectiva Federação;

7.11. Apresentar a Nota Fiscal/Fatura nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico;

8.2. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, mediante emissão de Ordem Bancária em favor da Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

9.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo da parcela do serviço, conforme este Projeto Básico.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na



impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 62 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

9.6.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no contrato e neste Projeto Básico.

9.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

9.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

9.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

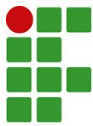
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(6 / 100)$	$I =$ 0,00016438
		365	

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irrealizáveis.



11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Projeto Básico, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2. Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o

máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.2.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
2	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico ou do Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

11.3. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

11.4. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o



procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

12.1. Apresentar habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista.

12.2. Menor proposta de preços apresentada;

12.3. Capacidade de atender a demanda em todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

13.1. As pesquisas de preços para a para a formação dos custos estimados da contratação proposta foram realizadas junto a empresas do ramo, cujos detalhes da contratação foram conferidos com o requisitante;

13.2. De acordo com pesquisas de preços realizada nos termos da Instrução Normativa Seges nº 65, de 7 de julho de 2021, o valor estimado para a contratação pretendida está demonstrado na Planilha de Pesquisa de Preços a seguir, este preço refere-se ao valor unitário dos serviços, ou seja o valor por turno trabalhado.

PLANILHA DE PESQUISA DO PREÇO				
Item	Descrição do Objeto	Liga Atlética	WTF	Beto Eventos
1	POSTO DE TRABALHO DE ÁRBITRO DE FUTSAL - FEDERADO. Posto de Trabalho de Árbitro de Futsal - FEDERADO. Árbitro portando todos os instrumentos necessários para o serviço (uniforme, apito, equipamentos de medição, súmula, etc.). Transporte e alimentação do profissional inclusos. Valor por árbitro por diária. Obrigatoriedade de profissional registrado em sua respectiva Federação. O árbitro também poderá atuar como mesário ou coordenador de modalidade - incluindo o preenchimento e tabulação de súmulas, quando solicitado pela Contratante.	R\$ 280,00	R\$ 280,00	R\$ 290,00
2	POSTO DE TRABALHO DE ÁRBITRO DE HANDEBOL. Posto de Trabalho de Árbitro de Handebol. Árbitro portando todos os instrumentos necessários para o serviço (uniforme, apito, equipamentos de medição, súmula, etc.). Transporte e alimentação do profissional inclusos. Valor por árbitro por diária. Obrigatoriedade de profissional registrado em sua respectiva Federação. O árbitro também poderá atuar como mesário ou coordenador de modalidade - incluindo o preenchimento e tabulação	R\$ 280,00	R\$ 300,00	R\$ 290,00



3	POSTO DE TRABALHO DE ÁRBITRO DE BASQUETE. Posto de Trabalho de Árbitro de Basquete. Árbitro portando todos os instrumentos necessários para o serviço (uniforme, apito, equipamentos de medição, súmula, etc.). Transporte e alimentação do profissional inclusos. Valor por árbitro por diária. Obrigatoriedade de profissional registrado em sua respectiva Federação. O árbitro também poderá atuar como mesário ou coordenador de modalidade - incluindo o preenchimento e tabulação de súmulas, quando solicitado pela Contratante.	R\$ 280,00	R\$ 320,00	R\$ 290,00
4	POSTO DE TRABALHO DE ÁRBITRO DE VOLEIBOL. . Posto de Trabalho de Árbitro de Voleibol. Árbitro portando todos os instrumentos necessários para o serviço (uniforme, apito, equipamentos de medição, súmula, etc.). Transporte e alimentação do profissional inclusos. Valor por árbitro por diária. Obrigatoriedade de profissional registrado em sua respectiva Federação. O árbitro também poderá atuar como mesário ou coordenador de modalidade - incluindo o preenchimento e tabulação de súmulas, quando solicitado pela Contratante.	R\$ 280,00	R\$ 300,00	R\$ 290,00

13.3. Quantidade e estimativa de valor do serviço

Seletivas Regionais: a partir do dia 05 de julho

REGIONAL SUL						
Modalidade	Câmpus 1	Câmpus 2	Árbitros	Turnos	Valor unidade	Valor Total
Handebol (M)	Araranguá	Criciúma	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Handebol (F)	Araranguá	Criciúma				
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Voleibol (M)	Araranguá	Criciúma	3	2	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Voleibol (F)	Araranguá	Criciúma				
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Futsal (M)	Araranguá	Criciúma	3	2	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Futsal (F)	Araranguá	Criciúma				



	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Basquete (M)	Araranguá	Criciúma	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Basquete (F)	Araranguá	Criciúma				
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Areia (M)	Araranguá	Criciúma	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
Areia (F)	Araranguá	Criciúma				
	Araranguá	Garopaba				
	Criciúma	Garopaba				
					Total	R\$ 5.880,00

REGIONAL VALE DO ITAJAÍ

Modalidade	Câmpus 1	Câmpus 2	Árbitros	Turnos	Valor unidade	Valor Total
Handebol (M)	Itajaí	Gaspar	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Handebol (F)	Itajaí	Gaspar				
Voleibol (M)	Itajaí	Gaspar	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Voleibol (F)	Itajaí	Gaspar				
Areia (M)	Itajaí	Gaspar	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Areia (F)	Itajaí	Gaspar				
Futsal (M)	Itajaí	Gaspar	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Futsal (F)	Itajaí	Gaspar				
Basquete (M)	Itajaí	Gaspar	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Basquete (F)	Itajaí	Gaspar				
					Total	R\$ 4.200,00

REGIONAL MEIO OESTE

Modalidade	Câmpus 1	Câmpus 2	Árbitros	Turnos	Valor unidade	Valor Total
Handebol (M)	Caçador	Canoinhas	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
Handebol (F)	Caçador	Canoinhas				
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Voleibol (M)	Caçador	Canoinhas	3	2	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
Voleibol (F)	Caçador	Canoinhas				
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
Futsal (M)	Caçador	Canoinhas	3	2	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
Futsal (F)	Caçador	Canoinhas				
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
Basquete (M)	Caçador	Canoinhas	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
Basquete (F)	Caçador	Canoinhas				
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
Areia (M)	Caçador	Canoinhas	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
Areia (F)	Caçador	Canoinhas				
	Caçador	Xanxerê				
	Xanxerê	Canoinhas				
					Total	R\$ 5.880,00

REGIONAL GRANDE FLORIANÓPOLIS

Modalidade	Câmpus 1	Câmpus 2	Árbitros	Turnos	Valor unidade	Valor Total
Handebol (M)	Fpolis	Palhoça	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
Handebol (F)	Fpolis	Palhoça				
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
Voleibol (M)	Fpolis	Palhoça	3	2	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
Voleibol (F)	Fpolis	Palhoça				
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Futsal (M)	Fpolis	Palhoça	3	2	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
Futsal (F)	Fpolis	Palhoça				
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
Basquete (M)	Fpolis	Palhoça	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
Basquete (F)	Fpolis	Palhoça				
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
Areia (M)	Fpolis	Palhoça	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
Areia (F)	Fpolis	Palhoça				
	Fpolis	São José				
	Palhoça	São José				
					Total	R\$ 5.880,00

REGIONAL OESTE

Modalidade	Câmpus 1	Câmpus 2	Árbitros	Turnos	Valor unidade	Valor Total
Handebol (M)	Chapecó	São Miguel	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
Handebol (F)	Chapecó	São Miguel				
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
Voleibol (M)	Chapecó	São Miguel	3	2	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
Voleibol (F)	Chapecó	São Miguel				
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
Futsal (M)	Chapecó	São Miguel	3	2	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
Futsal (F)	Chapecó	São Miguel				
	Chapecó	São Carlos				



	São Carlos	São Miguel				
Basquete (M)	Chapecó	São Miguel	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
Basquete (F)	Chapecó	São Miguel				
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
Areia (M)	Chapecó	São Miguel	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
Areia (F)	Chapecó	São Miguel				
	Chapecó	São Carlos				
	São Carlos	São Miguel				
					Total	R\$ 5.880,00

REGIONAL NORTE

Modalidade	Câmpus 1	Câmpus 2	Árbitros	Turnos	Valor unidade	Valor Total
Handebol (M)	Joinville	Jaraguá	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Handebol (F)	Joinville	Jaraguá				
Voleibol (M)	Joinville	Jaraguá	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Voleibol (F)	Joinville	Jaraguá				
Areia (M)	Joinville	Jaraguá	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Areia (F)	Joinville	Jaraguá				
Futsal (M)	Joinville	Jaraguá	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Futsal (F)	Joinville	Jaraguá				
Basquete (M)	Joinville	Jaraguá	3	1	R\$ 280,00	R\$ 840,00
Basquete (F)	Joinville	Jaraguá				
					Total	R\$ 4.200,00

Etapa Estadual - 05, 06 e 07 de setembro

ESTADUAL - SESI BLUMENAU/SC

Modalidade	Câmpus 1	Câmpus 2	Árbitros	Turnos	Valor unidade	Valor Total
Handebol (M)	A	B	3	4	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
Handebol (F)	A	B				
Voleibol (M)	A	B	3	5	R\$ 280,00	R\$ 4.200,00
Voleibol (F)	A	B				
Futsal (M)	A	B	3	5	R\$ 280,00	R\$ 4.200,00
Futsal (F)	A	B				



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Basquete (M)	A	B	3	4	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
Basquete (F)	A	B				
Areia (M)	A	B	3	3	R\$ 280,00	R\$ 2.520,00
Areia (F)	A	B				
					Total	R\$ 17.640,00

Valor Total : R\$ 49.560,00

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Declaramos que há disponibilidade orçamentária e financeira para atender as despesas estimadas em questão, considerando as informações prestadas pelo Departamento de Orçamentos e Finanças do IFSC, confirmadas pelo Pré-Empenho nº 2022PE000134 com as seguintes classificações:

Orçamento através da Natureza da Despesa 33.90.39, Programa de Trabalho Resumido 171270, Fonte de Recursos 8100000000, UGR 152599, valor máximo a ser contratado será de R\$ 49.560,00 (quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta reais).

14.2. O contrato será substituído pela Nota de Empenho, visto que essa contratação tem valor inferior ao teto das dispensas de licitação. Entendimento firmado pelo **DESPACHO N. 051/2022/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**, Instrução Normativa 21 de 01 de Junho de 2022.

Florianópolis - SC 20 de junho de 2022.

Elaborado por:

Mozart Maragno
Chefe Departamento de Assuntos Estudantis - Câmpus Araranguá
Membro da Comissão do JIFSC
SIAPE: 1653712

Aprovado por:

Fabíola Martins dos Santos
Diretoria de Comunicação - PROEX
Membro da Comissão do JIFSC
SIAPE: 1561041

Aprovado por:

Eder Ferrari
Coordenador da Comissão do JIFSC
SIAPE: 1816734